

OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA ORIENTAL: O CASO DA ANTIGA MESORREGIÃO PARAENSE

THE DEVELOPMENT INDICES OF THE EASTERN AMAZON: THE CASE OF THE FORMER PARAENSE MESOREGION

Natanael Silva Ribeiro
natanael.ribeiro@professor.to.gov.br

Mariana Neves Cruz Mello
mncruz1988@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva analisar o conceito e o uso do termo "desenvolvimento" – implantado na Amazônia durante o regime militar por meio de grandes projetos – e contrastar sua perspectiva predominantemente econômica com indicadores socioambientais. O estudo parte de uma pesquisa bibliográfica e documental e tem como lócus a mesorregião sudeste do Pará, cuja economia é dinamizada por grandes projetos, agronegócio e mineração. Para além da discussão conceitual, que abrange nuances como desenvolvimento regional, local e sustentável, o trabalho avalia o desenvolvimento humano nos municípios das atuais regiões geográficas intermediárias de Marabá e Redenção. Utilizam-se os dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR). Como contraponto ao crescimento econômico mensurado pelo PIB, os resultados do IFDM/IDR revelam que, apesar do expressivo crescimento material, os municípios da região apresentam desenvolvimento humano predominantemente regular ou moderado, com deficiências críticas nos componentes Educação e Emprego & Renda. Conclui-se que a abordagem do desenvolvimento precisa incorporar dimensões humanas e sociais, como educação, saúde e longevidade, para além dos indicadores puramente econômicos.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Amazônia, grandes projetos, IDH.

Abstract

This article aims to analyze the concept and use of the term "development" – implemented in the Amazon during the military regime through large-scale projects – and to contrast its predominantly economic perspective with socio-environmental indicators. The study is based on bibliographic and documental research and focuses on the southeastern mesoregion of Pará, whose economy is driven by large projects, agribusiness, and mining. Beyond the conceptual discussion, which encompasses nuances such as regional, local, and sustainable development, the work evaluates the human development in the municipalities of the current intermediate geographical regions of Marabá and Redenção. Data from the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) and the Regional Development Index (IDR) are used. As a counterpoint to economic growth measured by GDP, the IFDM/IDR results reveal that, despite significant material growth, the municipalities in the region exhibit predominantly regular or moderate human development, with critical deficiencies in the Education and Employment & Income components. It is concluded that the development approach must incorporate human and social dimensions, such as education, health, and longevity, beyond purely economic indicators.

Keywords: Regional Development, Amazon, Large-Scale Projects, HDI.

Introdução

Não é de hoje que os holofotes estão direcionados à região amazônica (Porto-Gonçalves, 2017). O processo de integração territorial que ocorreu na região norte trouxe consigo, de maneira intrínseca, e por meio do discurso geopolítico integrador, a necessidade do desenvolvimento regional (Porto-Gonçalves, 2017; Moreira, 2014). A partir disso, o Estado, por meio de incentivos fiscais (não necessariamente nessa ordem), passa a: atrair a instalação de indústrias internacionais, impulsiona o fluxo migratório, implanta novas vias de penetração, planeja e executa a instalação dos grandes projetos, como as usinas hidrelétricas e projetos de extração mineral. Essas ações ocasionam, entre outras coisas, transformações profundas nos modos de vida das populações e nas dinâmicas econômicas da região (Porto-Gonçalves, 2017; Moreira, 2014).

O termo desenvolvimento tornou-se bastante utilizado para indicar a necessidade de crescimento econômico em distintas localidades. No século XX, os lemas ideológicos – mesmo que de maneira subentendida – gravitavam em torno da necessidade do desenvolvimento regional. Dentre esses lemas, podemos citar: “a marcha para oeste”, do governo Vargas e “terras sem homens para homens sem-terra” do governo Médici. Tais lemas possibilitaram a criação de políticas de desenvolvimento regional que condicionaram a ocupação humana e econômica, formando, assim, as frentes de expansão e a frente pioneira na região (Martins, 1997).

Segundo Martins (1997), a frente de expansão e a frente pioneira são conceitos que possuem noções teóricas diferentes, sendo utilizados por geógrafos e antropólogos. A noção de frente de expansão, para os antropólogos, liga-se à ocupação demográfica espacial pelo homem branco e considera, a princípio, as comunidades indígenas. Já a frente pioneira, para os geógrafos, caracteriza-se pela ampliação da reprodução do capital, introduzindo novas sociabilidades e concepções de vida, induzindo à modernização. Para Santos (2020b, p. 5) “A frente pioneira já é a fronteira capitalista”.

No entanto, “desenvolvimento” é uma palavra que ainda não possui um conceito estritamente definido. Comumente, quando se trata do assunto, tende-se a levar a discussão para um viés predominantemente econômico (Cavalcanti, 1995), o que se relaciona, por exemplo, diretamente à participação de um município ou região no Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, se tratarmos o desenvolvimento apenas como uma característica puramente econômica, ajudaremos a compactuar com a retirada do foco principal da humanidade, que é o próprio ser humano, assim, dando ênfase ao papel de centralidade que o dinheiro assumiu na sociedade (Santos, 2000).

Além disso, esse “desenvolvimento” implantado e impulsionado durante o governo ditatorial militar (1964-1985), por meio, principalmente, dos grandes projetos, ocasiona uma dinamicidade concomitantemente diversa e adversa nas cidades amazônicas. Na Amazônia Oriental, um exemplo claro dessa dinamicidade é a mesorregião sudeste paraense, caracterizada por uma ampla e dinâmica economia, impulsionada em parte significativa pela atuação de grandes projetos, pelo agronegócio e pela agropecuária.

Desta modo, por meio de uma revisão bibliográfica, este trabalho tem como objetivo, discutir o conceito e a usualidade do termo desenvolvimento, buscando mitigar a visão hegemônica do viés econômico que comumente marca sua abordagem; destacar os índices de desenvolvimento humano dos municípios das regiões geográficas intermediárias de Marabá e Redenção – que constituíam a antiga mesorregião sudeste paraense –, utilizando os dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), e apontar a classificação municipal com base no Índice de Desenvolvimento Regional (IDR), elaborado por Erisvaldo Alves e Nilton de Oliveira (2020).

O recorte regional da área de estudo

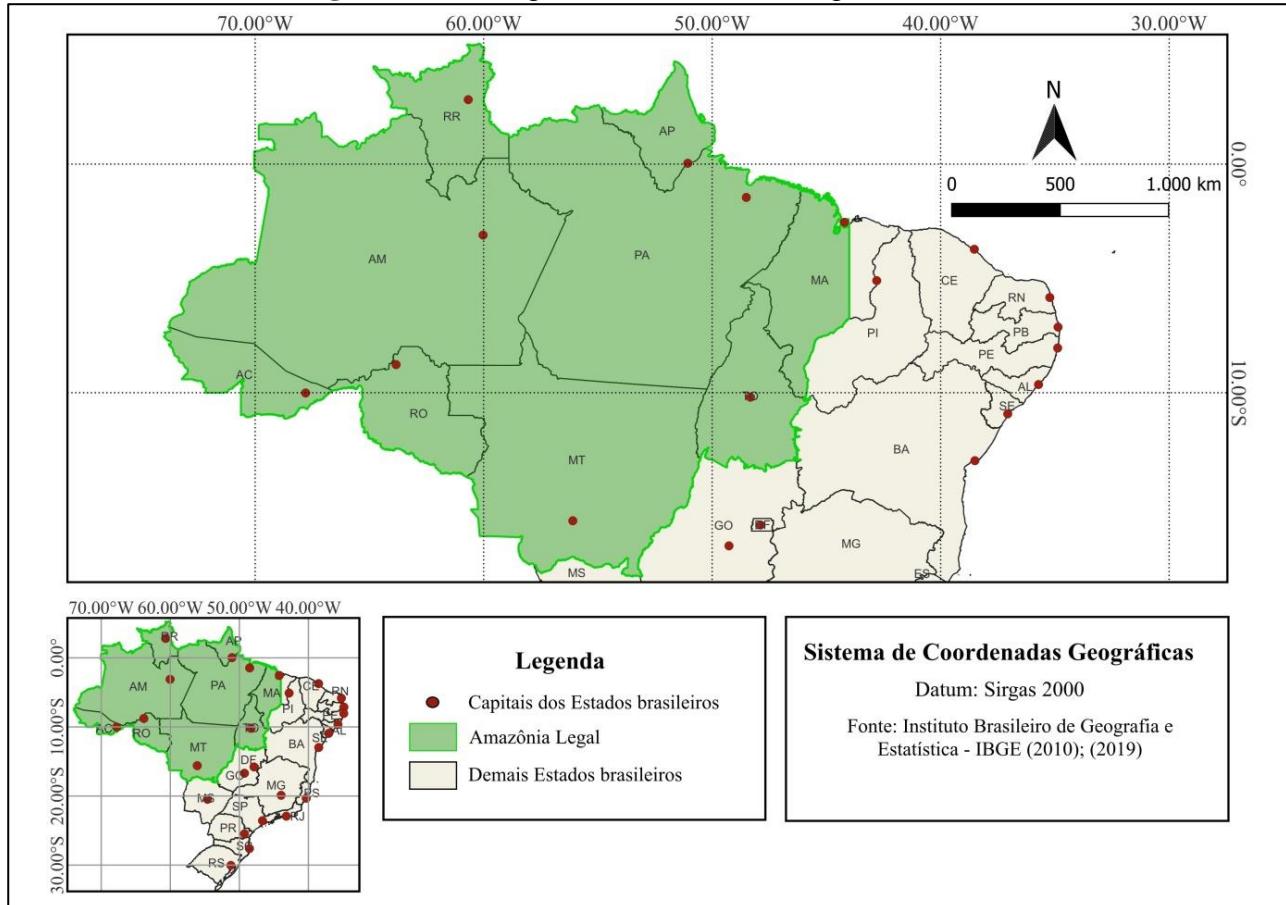
O Brasil, país com dimensão territorial continental, divide-se em cinco grandes regiões. Segundo Santos (2019), no final da década de 1930, implanta-se o Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), entidade produtora de conhecimentos geográficos. Esse conhecimento proporcionou ao governo federal o auxílio necessário à busca de garantir o desenvolvimento do capitalismo industrial, servindo de base para o processo de divisão regional do país.

Além das cinco grandes regiões, o governo federal instituiu outras regionalizações por meio de decreto, como a Amazônia Legal (ver figura 1). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2002), a Amazônia Legal é uma regionalização criada na década de 1950, decorrente da necessidade de planejamento e de desenvolvimento econômico para a região.

85

Figura 1 – Abrangência da Amazônia Legal brasileira



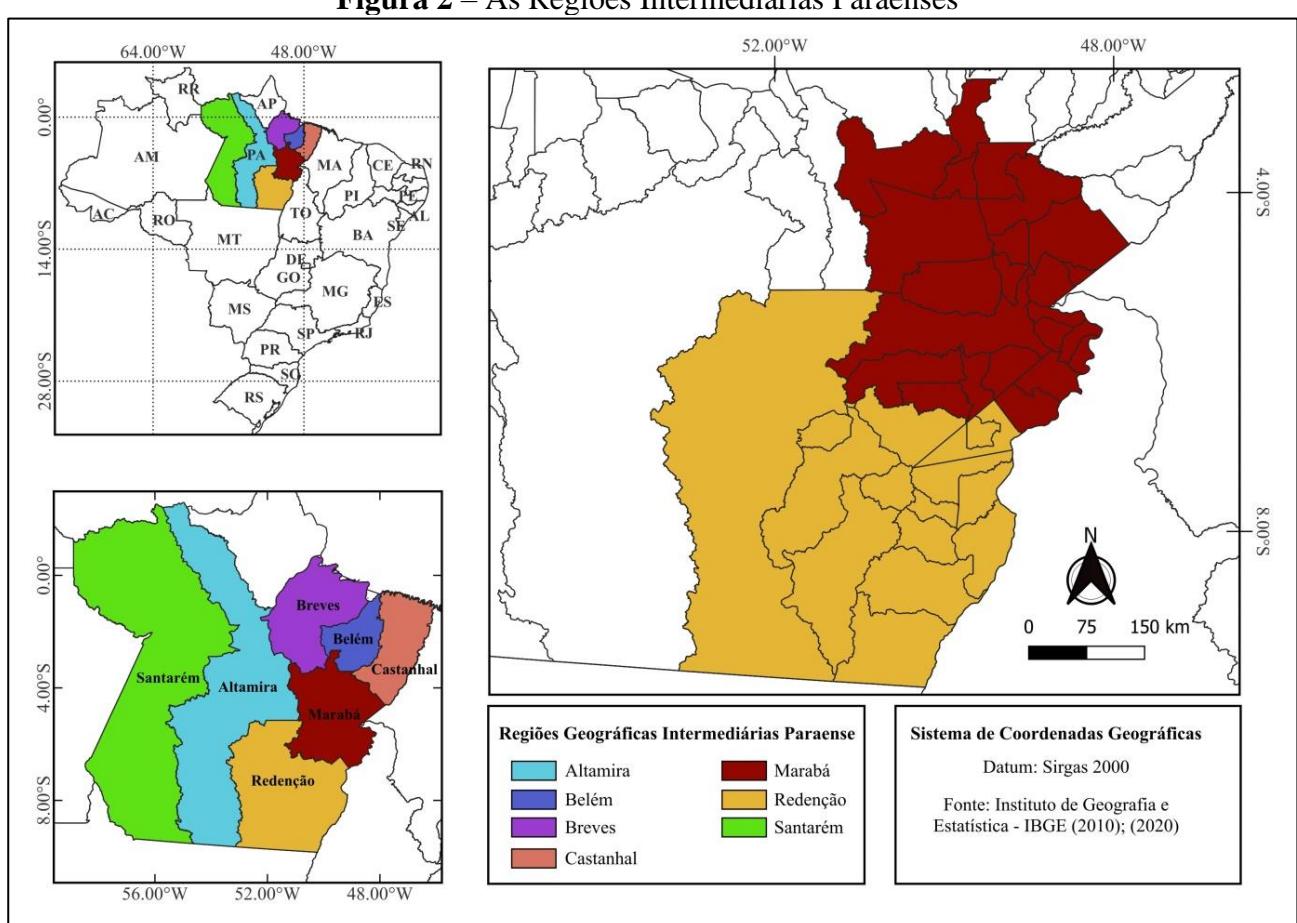
Fonte: org. pelo autor (2025)

Como é possível observar na figura 1, a Amazônia Legal detém uma grande parcela do território nacional, abrangendo nove estados e constituindo-se, assim, em uma extensa área territorial que ultrapassa a metade do território nacional. De fato, a Amazônia Legal abrange cerca 59% do território nacional.

No que se refere à divisão interna dos estados, desde o final dos anos de 1980 até meados do segundo decênio do século XXI, a regionalização elaborada pelo IBGE dividia-se em mesorregião e microrregião geográfica. Contemporaneamente, essa divisão foi revisada. Segundo Alves e Oliveira (2020), em 2017, o IBGE promoveu uma revisão da divisão regional interna dos estados brasileiros. A nova divisão compreende as regiões geográficas imediata e intermediária.

No caso específico do estado do Pará, a antiga mesorregião sudeste foi desmembrada em duas regiões intermediárias: a Região Intermediária Geográfica de Marabá e a Região Intermediária Geográfica de Redenção (ver figura 2). Elas possuem um total de 38 municípios: Abel Figueiredo, Tucumã, Tucuruí, Água Azul do Norte, Xinguara, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Baião, Bannach, Ourilândia do Norte, Pacajá, Palestina do Pará, Bom Jesus do Tocantins, Parauapebas, Pau

D'Arco, Piçarra, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Curionópolis, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Goianésia do Pará, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Itupiranga, Sapucaia, Jacundá e Marabá.



Fonte: org. pelo autor (2025).

Como é possível observar, em conjunto, as duas regiões possuem uma ampla extensão territorial. De acordo com Valdeci M. Santos (2017), a soma de suas áreas territoriais resulta em uma porção maior do que a do estado de São Paulo. Além disso, a região chama atenção pelo seu dinamismo econômico. É esse dinamismo que proporcionará, para além da discussão do conceito de desenvolvimento, a análise dos índices socioeconômicos dessas duas regiões.

Uma breve abordagem acerca do conceito de desenvolvimento

Antes de iniciarmos, cabe salientar que, de maneira alguma essa abordagem tem o objetivo de esgotar ou apresentar uma definição “correta” para o conceito de desenvolvimento, uma vez que se tem ciência de que, para tal objetivo, nem este tópico nem o trabalho como um todo seriam suficientes. Desse modo, o que se pretende é realizar uma discussão que direcione a utilização do conceito para uma abordagem mais humana em detrimento da abordagem material ou econômica.

De acordo com Mantovani e Areosa (2022), não existe um único conceito de desenvolvimento, uma vez que suas definições variam de acordo com o contexto histórico, político, econômico, social, bem como com os problemas ambientais e os processos sociais. É a partir da

Segunda Guerra Mundial que as abordagens sobre o conceito de desenvolvimento ganham destaque nas ciências sociais. Apesar disso, nas abordagens e propostas elaboradas por diversos autores, é possível identificar confluências acerca do que viria a ser desenvolvimento. Neste sentido as autoras assinam:

87

[...] ainda que não haja um conceito universal de desenvolvimento é possível observar algumas convergências nas diferentes perspectivas que perpassam, para além do crescimento econômico, por aspectos sociais, ambientais e culturais, conferindo maior protagonismo ao território do que a noções pré-concebidas, classificações ou indicadores. [...] só é possível falar em desenvolvimento ao se considerarem as especificidades de cada território, seus recursos econômicos, sociais e ambientais a qualidade de vida e os aspectos culturais, bem como seus processos históricos (Mantovani; Areosa, 2022, p. 152).

As autoras apontam uma multiplicidade de usos para o conceito de desenvolvimento. Dessa forma, destacam uma visão mais abrangente para a abordagem do termo, que engloba vários fatores em sua utilização, os quais perpassam os aspectos ambientais, culturais, econômicos e sociais. Tal apontamento evidencia as múltiplas possibilidades de uso dessa palavra.

Quanto à aplicação do termo desenvolvimento, é comum a inserção de diversos adjetivos. De acordo com Santos (2020a), tais adjetivos incluem: econômico, regional, local, sustentável e social. Em síntese, destacaremos a noção de desenvolvimento associada a alguns desses adjetivos, segundo autor:

- I) Desenvolvimento regional – trata-se de um termo teórico-conceitual proveniente do conceito de região, bastante utilizado no século XX e que foi sistematicamente adotado pelo Estado desenvolvimentista. Do ponto de vista operacional, inspira-se em ideias keynesianas, partindo de políticas públicas aplicadas com o intuito de assegurar a expansão do modo de produção capitalista e, sobretudo garantir o desenvolvimento regional.
- II) Desenvolvimento local – sua noção foi e ainda é bastante utilizada desde o final do século passado até os dias atuais. Esse termo busca estabelecer políticas de desenvolvimento local compartilhadas, por meio de parcerias entre o poder público, iniciativa privada e atores políticos e sociais.
- III) Desenvolvimento sustentável – surgiu para substituir o debate sobre desenvolvimento regional, com a crise do Estado desenvolvimentista na década de 1980. Destarte, inseriu-se, no debate a pauta ambiental, que trouxe consigo uma condição para a sustentabilidade: produzir sem degradar, para não comprometer os recursos naturais.

O debate sobre desenvolvimento aponta diversas conceituações e noções conforme o adjetivo que lhe é atribuído. No âmbito do desenvolvimento regional, sua noção teórica é elaborada por geógrafos e economistas, como Walter Christaller, Speridião Faissol e Bertha Bercker (Santos, 2020a). No entanto, é recorrentemente que a abordagem predominante, quando se discute desenvolvimento, seja a do viés do crescimento econômico.

Neste sentido, ressalta-se que, dentro do viés econômico, a palavra desenvolvimento induz à ideia de crescimento do PIB e de renda, representando um termo quantitativo. Essa ênfase quantitativa atribuída ao desenvolvimento, para Santos (2020a), expressasse-se, no plano teórico-conceitual da matriz positivista, quando referida aos aspectos econômicos. Por outro lado, quando a interpretação assume um caráter qualitativo, voltando-se mais para os aspectos sociais, ela se liga à matriz teórica-conceitual marxista. Ou seja, “a ideia de desenvolvimento sintetiza o projeto civilizatório, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social – democrata e socialista” (Santos, 2020b, p. 5).

Contudo, dentro de uma abrangência mais geral do termo desenvolvimento, para o referido autor, liga-se a uma forma de legitimação ideológica das relações capitalistas. “O discurso do desenvolvimento não é uma questão da promoção do bem-estar da sociedade, mas o de cumprir sua função ideológica de legitimação das relações de produção capitalistas” (Santos, 2020a, p. 37).

Com isso, buscando tratar tal abordagem pelo viés da crítica, Santos (2020a); (2020b) utiliza-se do termo (des)envolvimento, referindo-se a uma interpretação teórico-crítica, para questionar a concepção de desenvolvimento. O termo (des)envolvimento, baseia-se nas ideias de Porto-Gonçalves (2011), que aponta “desenvolvimento” como ideia de dominação da natureza, que resulta no “ser” desenvolvido, “ser” urbano, no “ser” industrializado, tudo aquilo que nos afasta da natureza e nos põe diante, por exemplo, do caos urbano, do imediato, do visível e do palpável (Carlos, 2013). Para Porto-Gonçalves (2011), desenvolvimento está ligado à ideia de modernidade, ser desenvolvido é estar em desenvolvimento. E dentro dessa abordagem, o autor destaca, criticamente:

[...] dês-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) a natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. [...] dês-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista (p. 81).

Quanto mais atividades segundas ampliem as necessidades de todos e quanto mais concentrada e desigualdade distribuídas espacialmente essas demandas – vide as diferentes pegadas ecológicas - mais exigem que as atividades primeiras a elas se subordinem e, com isso, estabelecem aquilo que A. Giddens chamou de desencaixe, que melhor seria chamar de dês - envolvimento, implicando uma geografia do mundo moderno, (e, sabemos, colonial) que tenha povos e lugares primeiros aos quais se impõe viver em função dos povos e lugares segundos, posto que estes não vivem e não ser pelo dês-envolvimento dos primeiros, na medida que tem que garantir que a matéria - energia necessária venha desses outros lugares. O atual desencaixe, para voltar e usar a expressão de Giddens, entre os lugares que detêm a diversidade biológica e cultural atualiza o histórico e desigual padrão de territorialidades que se aguçam nesse período de globalização neoliberal (Porto-Gonçalves, 2011, p. 279).

Observando o (des)envolvimento através desse ponto, possibilita-nos perceber a tirania exercida, numa escala tanto cultural e social, quanto categórica-geográfica. A partir dessas colocações, Santos (2020b, p. 6) aponta que:

A lógica do (des)envolvimento no plano da cultura e da vida social dos diversos povos considerados não modernos acontece, quando o modo de produção capitalista impõe a sua racionalidade econômica a partir do modelo de (des)envolver. Ou seja, o projeto capitalista moderno ao (des)envolver os povos ao mundo capitalista, destrói a cultura dos povos (não modernos).

A racionalidade econômica imposta pelo modo de produção capitalista por meio do (des)envolvimento, caracteriza-se numa perversidade, principalmente, no âmbito da vida social e cultural de diversos povos. Por isso, esta razão, inclui-se como um dos pontos que nos leva a reverberar acerca do conceito de desenvolvimento e a sua recorrente ligação e atuação no e para o crescimento econômico. É preciso retomar a noção indispensável do lugar do ser humano na sociedade e no mundo. A sua reocupação central, onde atualmente se encontra o dinheiro (Santos, 2000). Nessa lida, deve-se reduzir e até desconstruir a noção da valorização econômica acima da valorização da vida, em seus diversos âmbitos.

Para tanto, buscaremos, a seguir, apresentar uma abordagem sobre os índices desenvolvimento das regiões geográficas intermediárias de Marabá e Redenção. Em contraposição aos índices econômicos, será apontado o conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Será também destacado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com base em dados do IFDM, bem como o IDR, utilizando-se da classificação realizada por Alves e Oliveira (2020).

Os índices de desenvolvimento das regiões intermediárias de Marabá e Redenção

O estado do Pará estava dividido em seis mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste, Metropolitana, Sudeste e Sudoeste. Na década de 1970 a participação relativa do PIB da mesorregião sudeste era o segundo menor índice percentual, com 2,6%, ficando à frente apenas da mesorregião sudoeste. A região metropolitana detinha o maior percentual (61,9%), seguida pela região nordeste, com 19,1%, pela Baixo Amazonas, com 9,5% e pela do Marajó, com 5,7% (Santos, 2017). No decorrer dos anos, esse cenário se modificou. A tabela 1 elenca a participação relativa do PIB de cada região para os anos de 1970, 1980, 1996, 1999 e 2004.

Tabela 1 – Distribuição espacial do PIB (%) por mesorregião no Estado do Pará

Mesorregiões Paraenses	Participação Relativa no PIB				
	1970	1980	1996	1999	2004
Sudeste	2,6	12,3	16,1	26,5	31,7
Sudoeste	1,3	2,8	3,1	6,3	6,0
Marajó	5,7	5,2	3,2	3,4	2,7
Baixo amazonas	9,5	15,3	9,6	8,6	8,3
Nordeste	19,1	16,9	10,2	13,4	11,2
Região Metropolitana	61,9	47,5	57,8	41,8	40,1

Fonte: Org. por Santos (2017), adaptado pelo autor (2025).

Na década de 1980, a mesorregião sudeste registrou um crescimento de quase 10% em sua participação relativa no PIB, o que a fez ultrapassar a mesorregião do Marajó e assumir a quarta colocação. A partir de 1996, entretanto, a região sudeste passa a ocupar a segunda colocação, posição mantida nos anos subsequentes, ficado atrás apenas da região Metropolitana.

A mesorregião sudeste paraense tem uma contribuição significativa para o PIB estadual; em 2014, sua participação superou 40% e, em âmbito nacional, atingiu 0,9% (SANTOS, 2017). Essa região, conforme já mencionado, corresponde majoritariamente às regiões geográficas intermediárias de Marabá e Redenção. Suas atividades econômicas estão associadas, principalmente, a grandes projetos, à construção de usinas hidrelétricas, ao extrativismo mineral, à agropecuária e ao agronegócio – sendo este último denominado pelo autor de frente agropecuária (SANTOS, 2017). Essas atividades refletem-se no dinamismo econômico, urbano e populacional da região. Nesse contexto, destacam-se as cidades de Tucuruí, Marabá, Parauapebas e São Félix do Xingu, que possuem participação considerável no PIB regional.

Entretanto, quando tratamos do PIB, estamos abordando, sobre relações de crescimento econômico. Frente à grande visibilidade que as relações econômicas têm alcançado, ocasiona na ofuscação, de forma intencional ou não, contudo, perversa, de um dos elementos mais importantes para a humanidade, o próprio ser humano. Desta maneira, o PNUD, buscando promover mudanças e ajudar na construção de uma vida melhor para as pessoas, atuando em 170 países e territórios, indica

o IDH como contraponto ao PIB, englobando três dimensões básicas em longo prazo, sendo: educação, saúde e renda.

Todavia, o PNUD adverte que os aspectos do desenvolvimento não são totalmente abrangidos ou esgotados pelo IDH. Mas, em sua perspectiva não ignora o crescimento econômico, contudo transfere o foco para o ser humano. Para o PNUD, essa perspectiva vem do conceito de desenvolvimento humano, que, tendo-o como processo, procura ampliar a escolha das pessoas possibilitando a elas serem o que desejam ser. Para isso, enfatiza-se a importância da renda não como finalidade, mas como meio de desenvolvimento. Um ponto importante desse índice é que ele pode ser elaborado e utilizado em diversas escalas: municipal, estadual, regional e nacional.

Para destacar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos municípios das duas regiões intermediárias em questão, utilizaremos os dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), reconhecidos como referência no acompanhamento do desenvolvimento municipal brasileiro, uma vez que o IDHM também é resultado de análises quantitativas e qualitativas nas dimensões de renda, educação e longevidade. O IFDM, assim como o IDH, monitora três dimensões: educação, saúde e emprego e renda, com base em estatísticas públicas oficiais dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho. Inicialmente, o Quadro 1 apresenta as variáveis analisadas em cada uma dessas dimensões.

90

Quadro 1 – As variáveis e componentes monitoradas pelo IFDM

Saúde	Educação	Emprego & Renda
<ul style="list-style-type: none">• Proporção de atendimento adequado de pré-natal;• Óbitos por causas mal definidas;• Óbitos infantis por causas evitáveis;• Internação sensível à atenção básica (ISAB)	<ul style="list-style-type: none">• Atendimento à educação infantil;• Abandono ao ensino fundamental;• Distorção idade-série no ensino fundamental;• Docentes com ensino superior no ensino fundamental;• Média de horas-aula diárias no ensino fundamental;• Resultado do IDEB no ensino fundamental	<ul style="list-style-type: none">• Geração de emprego formal;• Taxa de formalização do mercado de trabalho;• Geração de renda;• Massa salarial real no mercado de trabalho formal;• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal
Fonte: Ministério da Saúde	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério do Emprego e Trabalho

Fonte: IFDM (2018a)

A partir da análise das variáveis destacadas acima, o IFDM (2018a) visando facilitar as análises e estabelecer valores e referência, elaborou quatro conceitos para a escala de desenvolvimento dos municípios: baixo, regular, moderado e alto. Resultante de leitura simples, o índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento do município. A seguir, no quadro 2, será evidenciado os valores e seus respectivos conceitos definidos pelo IFDM:

Quadro 2 – Valores e conceitos de desenvolvimento do IFDM

Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4	➤ baixo estágio de desenvolvimento
Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6	➤ desenvolvimento regular
Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8	➤ desenvolvimento moderado
Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0	➤ alto estágio de desenvolvimento

Fonte: IFDM (2018a)

Com isso, utilizaremos os dados da edição de 2018 do IFDM, que possui como Ano Base 2016, último período disponibilizado, elaborando um quadro (3) que evidencie os índices de desenvolvimento dos municípios das duas regiões intermediárias (Redenção e Marabá), possibilitando destacar o conceito dos componentes monitorados para elaboração do IDHM de acordo com os valores elencados no quadro 2.

Quadro 3 – IFDM dos municípios das regiões intermediárias de Marabá e Redenção

Ranking Regional	Municípios	Emprego & Renda	Educação	Saúde	IFDM
1	Parauapebas	0,6247	0,7505	0,8453	0,7402
2	Canaã dos Carajás	0,6132	0,7708	0,6662	0,6834
3	Tucuruí	0,5728	0,6924	0,7732	0,6795
4	Redenção	0,6383	0,7305	0,6328	0,6672
5	Xinguara	0,5824	0,6405	0,7085	0,6438
6	Marabá	0,5594	0,6789	0,6928	0,6437
7	Sapucaia	0,6773	0,6434	0,5986	0,6397
8	Bannach	0,5620	0,6115	0,5962	0,5899
9	Bom Jesus do Tocantins	0,4176	0,5990	0,7199	0,5788
10	São Geraldo do Araguaia	0,5199	0,6273	0,5871	0,5781
11	Rondon do Pará	0,4843	0,6702	0,5498	0,5681
12	Piçarra	0,4526	0,5867	0,6331	0,5575
13	Breu Branco	0,3805	0,5714	0,7166	0,5561
14	Abel Figueiredo	0,4189	0,6967	0,5347	0,5501
15	Pacajá	0,4366	0,4658	0,7216	0,5414
16	São Domingos do Araguaia	0,4793	0,6116	0,5020	0,5310
17	Nova Ipixuna	0,3584	0,5962	0,6319	0,5288
18	Conceição do Araguaia	0,3202	0,6800	0,5795	0,5265
19	Rio Maria	0,4158	0,6745	0,4844	0,5249
20	Palestina do Pará	0,4428	0,6253	0,4931	0,5204
21	Goianésia do Pará	0,4502	0,5803	0,5262	0,5189
22	Jacundá	0,4221	0,6230	0,5110	0,5187
23	Tucumã	0,4601	0,6811	0,3865	0,5092

24	São Félix do Xingu	0,4193	0,5100	0,5453	0,4915
25	Itupiranga	0,3538	0,5542	0,5661	0,4914
26	Brejo Grande do Araguaia	0,4822	0,6832	0,3003	0,4886
27	Floresta do Araguaia	0,2100	0,6592	0,5940	0,4877
28	Ourilândia do Norte	0,2834	0,6474	0,5222	0,4843
29	Cumaru do Norte	0,5003	0,5672	0,3616	0,4764
30	Eldorado do Carajás	0,4773	0,5920	0,3580	0,4758
31	Novo Repartimento	0,3594	0,5326	0,5266	0,4729
32	Pau D'Arco	0,3270	0,7228	0,3601	0,4700
33	Santana do Araguaia	0,4645	0,4806	0,4513	0,4655
34	São João do Araguaia	0,3547	0,5324	0,5085	0,4652
35	Santa Maria das Barreiras	0,4973	0,5318	0,3245	0,4512
36	Água Azul do Norte	0,3143	0,5874	0,4092	0,4370
37	Baião	0,2244	0,5419	0,5081	0,4248
38	Curionópolis	ND ³	0,7094	0,6762	ND

Fonte: IFDM (2018); org. pelo autor (2025)

Conforme a análise final do IFDM (2018) apresentada no Quadro 3, nenhum dos municípios das regiões estudadas apresenta conceito de desenvolvimento municipal considerado baixo (inferior a 0,4). Da mesma forma, nenhum deles atingiu o conceito alto (superior a 0,8). A maioria dos municípios enquadra-se na faixa regular, enquanto apenas sete alcançaram o conceito moderado. Cabe ressaltar que o município de Curionópolis não teve dados disponíveis no IFDM (2018), o que impossibilita a definição precisa de seu índice e justifica a lacuna no quadro.

No entanto, também se destacam no quadro os valores considerados baixos em componentes específicos. Tais valores foram observados em 11 municípios no componente Emprego e Renda e em seis no componente Saúde. No componente Educação, assim como no índice final, os valores encontram-se nas faixas regular e moderado. Vale notar que nenhum dos municípios atinge conceito alto tanto em Educação quanto em Emprego e Renda. No componente Saúde, apenas Parauapebas apresenta conceito alto de desenvolvimento.

No ranking geral do IFDM das cidades paraenses, Parauapebas foi o município mais bem avaliado (0,7402), seguida de Castanhal (0,7292), por terem alcançado um alto índice de desenvolvimento na saúde. Outras cidades que compõem o ranking do Estado são, entre outras: Tucuruí, Barcarena, Paragominas, Santarém e Belém.

Outra análise de desenvolvimento para as duas regiões intermediárias paraenses, visando aplicar Índices de Desenvolvimento Regional foi elaborada por Alves e Oliveira (2020) constituída por indicadores sociais, institucionais e econômicos, por meio de métodos do IDR, objetivando identificar e classificar os municípios através da dinâmica ligada ao desenvolvimento e ao crescimento econômico em relação à região no recorte temporal dos anos 2000 e 2010.

Desta forma, os municípios classificados em “Avançado”, são aqueles que possuem IDR acima de 0,4999; “Em transição” os municípios que possuem IDR entre 0,1000 e 0,4999; os municípios com IDR abaixo de 0,1000 foram classificados como “Retardatários” (ALVES e Oliveira, 2020). A seguir, no quadro 4, será exposto a classificação dos municípios das duas regiões a partir do Índice de Desenvolvimento Regional, nos anos 2000 e 2010.

Quadro 4 – Classificação dos municípios por meio do IDR – 2000 e 2010

Ordem	Município	IDR/2000	Ordem	Município	IDR/2010
A 1	Marabá	0,6354	A 1	Marabá	0,7471
A 2	Parauapebas	0,5965	A 2	Parauapebas	0,6764
A 3	Tucuruí	0,5583	T 3	Tucuruí	0,4063
T 4	Redenção	0,3155	T 4	Redenção	0,2847
T 5	Rondon do Pará	0,2567	T 5	Conceição do Araguaia	0,2752
T 6	Conceição do Araguaia	0,2189	T 6	Canaã dos Carajás	0,2594
T 7	Jacundá	0,2085	T 7	Xinguara	0,2050
T 8	Xinguara	0,2022	T 8	Jacundá	0,2019
T 9	Rio Maria	0,1556	T 9	Rondon do Pará	0,1996
T 10	Tucumã	0,1472	T 10	Tucumã	0,1867
T 11	São Félix do Xingu	0,1437	T 11	Ourilândia do Norte	0,1775
T 12	Novo Repartimento	0,1435	T 12	Santana do Araguaia	0,1659
T 13	Santana do Araguaia	0,1407	T 13	São Félix do Xingu	0,1627
T 14	Curionópolis	0,1327	T 14	Rio Maria	0,1524
T 15	Breu Branco	0,1271	T 15	Breu Branco	0,1485
T 16	Ourilândia do Norte	0,1264	T 16	Novo Repartimento	0,1392
T 17	Goianésia do Pará	0,1083	T 17	Goianésia do Pará	0,1314
T 18	São Geraldo do Araguaia	0,1060	T 18	Pau D'arco	0,1313
T 19	Abel Figueiredo	0,1042	T 19	São Domingos do Araguaia	0,1278
T 20	Itupiranga	0,1005	T 20	Baião	0,1252
R 21	Nova Ipixuna	0,0992	T 21	Sapucaia	0,1197
R 22	São Domingos do Araguaia	0,0991	T 22	São Geraldo do Araguaia	0,1183
R 23	Sapucaia	0,0931	T 23	Curionópolis	0,1169
R 24	Baião	0,0867	T 24	Abel Figueiredo	0,1167
R 25	Brejo Grande do Araguaia	0,0864	T 25	Bannach	0,1095
R 26	Pacajá	0,0731	T 26	Água Azul do Norte	0,1064
R 27	Canaã dos Carajás	0,0728	T 27	Itupiranga	0,1053
R 28	Bom Jesus do Tocantins	0,0666	T 28	Brejo Grande do Araguaia	0,1049
R 29	Eldorado dos Carajás	0,0603	T 29	Palestina do Pará	0,1026
R 30	Água Azul do Norte	0,0539	R 30	Piçarra	0,0934
R 31	Palestina do Pará	0,0445	R 31	Floresta do Araguaia	0,0879
R 32	Bannach	0,0424	R 32	Santa Maria das Barreiras	0,0837
R 33	Pau D'arco	0,0401	R 33	Bom Jesus do Tocantins	0,0816
R 34	Piçarra	0,0365	R 34	Nova Ipixuna	0,0763
R 35	Cumaru do Norte	0,0324	R 35	Pacajá	0,0761
R 36	Floresta do Araguaia	0,0251	R 36	Eldorado dos Carajás	0,0731
R 37	Santa Maria das Barreiras	0,0176	R 37	Cumaru do Norte	0,0711
R 38	São João do Araguaia	(-0,0024)	R 38	São João do Araguaia	0,0650

Fonte: Alves e Oliveira (2020, p.528)

Conforme o quadro 4, no ano 2000 três municípios foram classificados como “Avançados”; 17 “Em transição” e; 18 “Retardatários”. No decênio seguinte houve redução no número de municípios “avançados”, no entanto, ocorreu melhora, referindo-se aos municípios “retardatários”, pois se reduziu em dez os números desses municípios, assim, passando a compor a classificação dos municípios “em transição”, resultando, com isso, na classificação para o ano de 2010 em: dois municípios avançados, 28 em transição e oito retardatários. De acordo com Alves e Oliveira (2020), no primeiro ano, apenas São João do Araguaia apresentou índice negativo e passou a ser positivo no segundo ano, no entanto, ainda classificado como retardatório.

Um outro ponto evidenciado pela comparação entre o Quadro 4 (IDR) e o Quadro 3 (IFDM) é a grande semelhança entre os sete primeiros municípios em ambos os rankings. Esse resultado permite atribuir ênfase às confluências encontradas na análise das variáveis que compõem esses dois índices de desenvolvimento.

Considerações finais

A região amazônica foi impactada de diversas formas, por projetos, lemas e ações de cunho ideológico que carregavam, ainda que de maneira subentendida, a premissa do desenvolvimento. A partir dessa constatação, este trabalho destacou que o termo desenvolvimento ainda se encontra em disputa no campo das ciências sociais e humanas. Sua aplicação comumente direciona-se aos aspectos econômicos; contudo, buscou-se evidenciar outros usos, através da inserção de adjetivos ao termo, como desenvolvimento regional, local e sustentável, que revelam a dinâmica inerente ao termo principal.

Para apontar outras formas de utilização do termo que se direcionam mais ao aspecto humano e social do que ao econômico, evidenciou-se, primeiramente, o uso do PIB para demonstrar o crescimento econômico da antiga mesorregião sudeste paraense ao longo do tempo (1970, 1980, 1996, 1999 e 2004), que alcançou, respectivamente, as seguintes participações percentuais: 2,6%; 12,3%; 16,1%; 26,5% e 31,7%. Em 2014, essa mesorregião ultrapassou a marca de 40% do PIB estadual e atingiu quase 1% do PIB nacional. Entretanto, como contraponto à abordagem que equipara crescimento econômico a desenvolvimento, recorreu-se aos índices de desenvolvimento humano municipal, com base no conceito de IDH do PNUD. Essa perspectiva contrapõe-se ao uso restrito do termo desenvolvimento aos aspectos puramente econômicos, ao incorporar também aspectos sociais – como educação, saúde e longevidade.

Assim, por meio do IFDM de 2018 – índice baseado nas variáveis dos componentes de saúde, educação e emprego & renda, obtidas junto aos respectivos ministérios –, observou-se que os municípios das duas regiões intermediárias possuem IFDM classificado como regular ou moderado, ou seja, com valores entre 0,4 e 0,8. Cabe ressaltar que apenas Curionópolis não teve seu índice final calculado, devido à falta de dados sobre emprego e renda. No entanto, de forma mais específica, observa-se que, embora classificados como regulares ou moderados, nenhum desses municípios alcançou índices de desenvolvimento alto tanto em Educação quanto em Emprego & Renda. Os maiores valores foram obtidos por Canaã dos Carajás no componente Educação (0,7708) e por Sapucaia no componente Emprego & Renda (0,6773).

Quanto ao IDR, verificou-se um salto quantitativo e qualitativo nos municípios da região entre o primeiro e o segundo decênio do século XXI. Essa evidencia-se pelo crescimento no número de municípios que migraram da classificação retardatária ($IDR < 0,1000$) para a classificação em transição (IDR entre 0,1000 e 0,4999) no período de 2000 a 2010. Em 2000, havia 18 municípios na categoria retardatária, número superior ao de municípios em transição. Em 2010, o cenário se modifica: houve uma redução pela metade no número de municípios retardatários, além do desaparecimento de IDRs negativos, como ocorria com São João do Araguaia – que, no entanto, permaneceu na categoria retardatária.

Portanto, as diversas formas de utilização do termo desenvolvimento, longe de almejarem uma definição concreta, apontam para abordagens que incorporam aspectos humanos e sociais sem, contudo, excluir a dimensão econômica do desenvolvimento. No que se refere aos IFDM e IDR das regiões intermediárias de Redenção e Marabá, verifica-se que, apesar de indicarem progresso, há a necessidade de maiores avanços para garantir um melhor desenvolvimento e, consequentemente, uma melhor qualidade de vida para suas populações.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo suporte financeiro durante a fase inicial desta pesquisa, por meio da bolsa. Este trabalho foi parcialmente desenvolvido durante esse período, e o apoio foi fundamental para a coleta de dados e formulação das hipóteses aqui apresentadas.

Referências

- ALVES, E. O; OLIVEIRA, N. M. Desenvolvimento regional do sudeste do Pará baseado: na aplicação do índice de desenvolvimento regional. **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate.** v. 10, p. 512-534. 2020.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade.** 9^a. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. Cortez: São Paulo, 1995.
- IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. **Pará avança, mas 77,5% das cidades do Estado têm desenvolvimento regular.** Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/destaques/estados/ifdm-2018-pa-firjan-para-avanca-mas-77-5-das-cidades-do-estado-tem-desenvolvimento-regular.htm>> Acesso em: 17 fev. 2023.
- IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. **Pesquisa e Estudos Socioeconômicos.** Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf> Acesso em: 17 fev. 2023.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil:** redes urbanas regionais – norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: IPEA, v. 4, 2002.
- MANTOVANI, E; AREOSA, S. V. C. Gênero como perspectivo de análise no desenvolvimento regional. **Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat.** v.19, n.2, p. 143-161. abr./jun. 2022.
- MARTINS, J. S. **Fronteiras:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira:** contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDH.** Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh-0>> Acesso em: 16 fev. 2023.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o PNUD.** Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>> Acesso em: 16 fev. 2023.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização.** 2^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia encruzilhada civilizatória:** Tensões territoriais em curso. 2017.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SANTOS, R. S. (Des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins. **Campo – Território: revista de geografia agrária.** v. 15, n. 35, p. 32-61. 2020a.
- SANTOS, R. S. (Des)envolvimento regional, fronteira e o espaço do agronegócio no Tocantins: crescimento econômico sem distribuição de renda. **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate.** v. 10, p. 3-35. abr. 2020b.
- SANTOS, R. S. **Territorialização dos atores hegemônicos, desenvolvimento regional local:** uma análise crítica sobre o Tocantins. Goiânia: Kelps, 2019, p. 23-70.

SANTOS, V. M. A Economia do Sudeste Paraense: Evidências das Transformações Estruturais. In: NETO, A. M.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, Estratégias e Perspectivas**. 1^a ed. Brasília: IPEA, 2017, v. 1, p. 127-156.

Recebido para publicação em dezembro de 2024.
Aprovado para publicação em março de 2025.